

CENÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

BRAZIL SCENARIO OF TECHNOLOGICAL VOCATIONAL EDUCATION

Marcos Sérgio Carvalho Rebouças¹ - IFRN 
Sandra Maria Campos Alves² - IFRN 
Diogo Pereira Bezerra³ - IFRN 

RESUMO

Este estudo apresenta a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil e revela o atual cenário do país quanto ao quantitativo de instituições federais e estaduais que atuam nesse campo e ofertam a modalidade. A fim de obter os resultados almejados realizou-se uma vasta pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e uma consulta documental. Conclui-se que o quantitativo de instituições que ofertam a EPT, seja estadual ou federal, em território brasileiro, aumentou drasticamente nas últimas décadas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional e Tecnológica; Rede Federal; Redes Estaduais.

ABSTRACT

This study show the trajectory of Professional and Technological Education in Brazil and reveals the current scenario in the country regarding the number of federal and state institutions that work in this field and offer the modality. In order to obtain the desired results, a vast qualitative research was carried out, of bibliographic nature and a documentary consultation. It is concluded that the number of institutions that offer EFA, whether state or federal, in Brazilian territory, has increased dramatically in recent decades.

KEYWORDS: Professional and Technological Education; Federal Network; State Networks.

INTRODUÇÃO

As modalidades de ensino que compõe a educação brasileira são variadas e dentre elas está a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que apesar de em muitos entendimentos tratada como modalidade, vai bem mais além e pela complexidade se encaixa mais como uma espécie de campo epistêmico dentro do grande sistema educacional. A EPT busca integrar-se, de acordo com a LDB (2018) a diversos níveis de ensino, às dimensões do trabalho, da ciência

¹Doutorando em Ensino de Ciências e Matemática (IFRN), Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (IFRN), Especialista em Tecnologias para a Educação Profissional e Tecnológica, Matemática e suas Tecnologias (UFPI) e Docência na Educação Profissional e Tecnológica (IFES). EMAIL: reboucas.marcos@escolar.ifrn.edu.br

²Pós-doutorado pela Universidade de Adelaide. Doutora pela USP. Mestra em Fitotecnia/Agroecologia pela UFRRJ. Graduada em Engenharia Agrônômica pela UFERSA. EMAIL: sandra.campos@ifrn.edu.br

³Doutor em Engenharia Química pela UFC. Mestre em Engenharia Química pela UFC. Graduado em Química pela UECE. Professor do IFRN. Professor Permanente ProfEPT - Mestrado Profissional em Rede Nacional no IFRN e Docente Permanente do Programa RENOEN. EMAIL: diogo.bezerra@ifrn.edu.br

e da tecnologia. Esse tipo de educação possui forte relação com o trabalho e como tudo que ocorre na sociedade, sofre muita influência político-ideológica.

A Educação profissional e Tecnológica (EPT) é um tema bastante discutido em eventos educacionais e de ensino em todo Brasil. Mesmo com tantas discussões e literaturas disponíveis percebe-se muitos equívocos semânticos quando se trata do tema. A verdade é que a EPT envolve muitas lutas e disputas política, econômica e ideológica. Esse campo epistêmico enfrenta distorções, ora é entendido como uma vertente educacional que deve estar intimamente ligada à educação propedêutica nos moldes atuais, ora como complementação ou método alternativo. Essa divergência no entendimento é visível nas legislações que regem esse tipo de educação (Ramos, 2014).

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de traçar a história da EPT e expor o cenário atual desse campo educacional no Brasil envolvendo a Rede Federal e as redes Estaduais de EPT não se detendo as diferenças existentes entre elas. Está cada vez mais notória o crescimento no número de vagas nos últimos 20 anos em cursos marcados pela integração entre a Educação Profissional e o Ensino Médio. Para além números, é importante salientar que a qualidade e a busca por um modelo coerente com a construção teórico-prática de uma educação que corresponda à preparação das pessoas para a compreensão dos fundamentos científicos, cultural, tecnológicos e sócio-históricos em relação ao cada vez mais dinâmico e complexo mundo do trabalho.

PERCURSO DA EPT NO BRASIL

É possível concluir que a EPT no mundo se inicia em tempos antigos e se consolida na revolução industrial que ocorreu na Inglaterra e se estendeu até o início do século XIX. No Brasil, durante o império havia uma crescente preocupação com a profissionalização de jovens pobres, filhos da classe proletária com o alegado objetivo de evitar que se tornassem desvalidos, termo que era utilizado para os desocupados oriundos da classe trabalhadora. Na mesma época, os filhos da elite eram formados para ocupar os altos postos da sociedade.

Chega-se à década de 30 do século XX com a educação básica brasileira estruturada de uma forma completamente dual na qual a diferenciação entre os percursos educativos dos filhos das elites e dos filhos da classe trabalhadora ocorria desde o curso primário (Moura, 2007, p.7).

Portanto, a fim de reforçar que o modelo educacional, em suas origens, já nasce contaminado pelo dualismo estrutural, faz-se uso do que ressalta Magalhães (2011, p.93) ao afirmar que isso

Ocorreu por decorrência do pensamento europeu proveniente do século XIX, segundo o qual, a sociedade se constituía de duas classes sociais opostas: burgueses e trabalhadores, que possuíam papéis diferentes e para os quais a escola deveria ser organizada de maneira particular. Nesse sentido, às classes de poder aquisitivo considerável eram reservados os estudos clássicos, o trabalho intelectual era valorizado às elites; às classes menos favorecidas cabia o trabalho manual, menos valorizado. Sacramentava-se, assim, a velha dualidade do ensino: uma escola para os pobres e uma escola para os ricos; uma escola para aqueles que vão dirigir a sociedade e uma escola para aqueles que vão servir a sociedade.

Segundo Brasil (2011), foi em 1937, com a crescente industrialização, que a educação técnica passou, na concepção do então governo Vargas, a ser visto como estratégica para a ascensão econômica e social da classe proletária. Neste período, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em Liceus Industriais.

Na década de 1950, foram criadas algumas instituições do sistema “S” que inclui o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. Já em 1959, o Decreto nº 47.038 transforma as escolas industriais e técnicas do Brasil em Escolas Técnicas Federais e isso constituiu um grande salto para a EPT. É importante destacar que em 1961, no governo de João Goulart, foi promulgada a primeira Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB) que claramente atendeu a propósitos desenvolvimentistas, a planificação educacional e a centralização das decisões pelo Estado. Além de permitir ao concluintes do EPT continuar os estudos no ensino superior. Em 1971, houve uma alteração radical na LDB e cria-se a Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus que instaurava a profissionalização compulsória em todo o território nacional, fazendo com que todos os cursos de 2º grau de escolas públicas e particulares, em curto e médio prazos, adquirissem caráter profissionalizante (Magalhães, 2011).

Nos anos 1970, com a aceleração do crescimento econômico, houve uma forte expansão da oferta de ensino técnico e profissional e em 1978 surgem os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS) em Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, cujo objetivo era formar engenheiros e tecnólogos (Brasil, 2011). Em 1991 criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, entidade cujo objetivo é contribuir com a formação e profissionalização das pessoas do meio rural. Em 1994 foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica na rede federal, estadual do Distrito Federal e dos municípios. Na rede federal houve transformação gradativa das escolas técnicas e das escolas agrícolas nos conhecidos CEFETS.

Seguindo a linha do tempo, em 1996 foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação que passou a ter um capítulo “Da Educação Profissional e Tecnológica” que trata especificamente da educação profissional técnica de nível médio (Brasil, 2016). Chega-se aos anos 2000 e tem-se algumas novidades em relação a EPT: Em 2001 é aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE); em 2004 foram definidas as diretrizes nacionais para estágios supervisionados de estudantes de educação profissional e de ensino médio; em 2008 foram definidas as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em 2014 ocorreu a aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE). De acordo com o site do MEC:

Em 25 de junho de 2014 foi sancionada a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o novo Plano Nacional de Educação prevê “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”. E, prevê “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público” (BRASIL, 2019).

O PNE texto traz dez metas para a educação brasileira que precisam serem cumpridas em dez anos subsequentes (até 2024). É importante considerar que com a vigora do plano houve um grande aumento no número de egressos com formação profissional.

Em 2017, a Lei nº 13.415/2007 introduziu alterações na LDB, acrescentando o itinerário formativo "Formação Técnica e Profissional" no ensino médio. O texto trata dos critérios a serem adotados pelos sistemas de ensino em relação à formação técnica e profissional que agora deve considerar "Práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, firmando parcerias e fazendo uso de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre formação profissional" (Brasil, 2019). Desse modo as ciências passam a ser aplicadas à formação técnica e profissional. Logo, o campo epistemológico da Educação Profissional e Tecnológica Brasileira (EPT), uma das modalidades de ensino previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), oferece formação técnica de nível médio com a oferta de cursos técnicos integrados, articulando formação geral e formação profissional, segundo as bases teórico-metodológicas, os princípios e os fundamentos do currículo integrado. Com o objetivo de facilitar a compreensão da trajetória da EPT no Brasil, segue a tabela 1.

Tabela 1 - História da EPT no Brasil

Ano	Marcos da Trajetória	Presidente
1909	Criação das Escolas de Aprendizes e Artífices".	Nilo Peçanha
1927	O ensino profissional passar obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União.	Washington Luís
1937	A CF tratou da educação profissional e industrial. As escolas de aprendizes e artífices forma transformadas em liceus industriais e instituiu novos liceus,	Getúlio Vargas
1942	Promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial e criação do SENAI.	Getúlio Vargas
1946	Promulgação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola e da Constituição de 1946. O Senac foi criado.	Eurico Gaspar Dutra
1959	Foram instituídas as escolas técnicas federais como autarquias.	Juscelino Kubitschek
1961	Promulgação da I Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	João Goulart
1967	As fazendas-modelos passaram a ser denominadas escolas agrícolas.	Costa e Silva
1968	Oferta de cursos superiores destinados à formação de Tecnólogos.	Costa e Silva
1971	Definiu que todo o ensino médio, deveria conduzir o educando à conclusão de uma habilitação profissional.	Emílio G. Médici
1975	incentivos fiscais no imposto de renda de pessoas jurídicas para treinamento profissional pelas empresas.	Ernesto Geisel
1978	As Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais foram transformadas em CEFETS.	Ernesto Geisel
1982	A obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino médio foi retirada.	João Figueiredo
1991	O Senar foi criado.	Collor
1994	Foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica,	Itamar Franco
1996	Promulgação da II Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),	FHC
1998-2002	Foram definidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico	FHC
2004-2008	Definição e atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para Educação Profissional. Houve a implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio - CNCT nas redes públicas e privadas de Educação Profissional.	Lula
2008	Houve importantes alterações na LDB relacionadas ao ensino profissional e tecnológico.	Lula
2012	Foram definidas as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.	Dilma Rousseff

2014	Aprovação do novo Plano Nacional de Educação	Dilma Rousseff
2017	Alterações na LDB, incluindo o itinerário formativo "Formação Técnica e Profissional".	Michel Temer

Fonte: Adaptado de MEC, 2020.

ATUAL CENÁRIO DA EPT NO BRASIL

Hoje a EPT é ofertada regularmente por diversas instituições públicas em todos os estados da federação. A fim de ilustrar a presença de instituições que lidam com a EPT no País elaborou-se as tabelas a seguir (2-6) cuja construção demandou uma exaustiva pesquisa nos sítios e documentos de cada unidade por Estado. Vale esclarecer que as informações são escassas e que para cada ente federativo tem-se apenas o que foi possível de ser consultado.

Tabela 2 - EPT na região Centro-Oeste do Brasil.

Estado	EPT na Rede Estadual	EPT na Rede Federal
Distrito Federal	São 11 Centros de Educação Profissional (Secretaria de Educação de Estado De Brasília, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 11 Campi (MEC, 2020).
Goiás	São 29 Institutos Tecnológicos e 60 colégios (Estado de Goiás, 2020).	Dispõe de 2 Institutos Federais somando 26 Campi (MEC, 2020).
Mato Grosso	São 15 instituições (Secretaria de Educação de Mato Grosso, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 19 Campi (MEC, 2020).
Mato Grosso do Sul	São 27 escolas e 6 Centros de Educação Profissional. (Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 10 Campi (MEC, 2020).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 3 - EPT na região Nordeste do Brasil.

Estado	EPT na Rede Estadual	EPT na Rede Federal
Alagoas	São 62 escolas de Educação Profissional (Secretaria de Educação de Alagoas, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 18 Campi. Há também uma Escola Técnica (MEC, 2020).
Bahia	A Rede Estadual é composta atualmente por 33 Centros Territoriais, 38 Centros estaduais, 22 anexos de Centros e 92 unidades escolares de Ensino Médio que também ofertam a EPT (Secretaria de Educação da Bahia, 2020).	Dispõe 2 Instituto Federal com 37 Campi (MEC, 2020).
Ceará	São 122 Escolas Profissional (Secretaria de Educação do Ceará, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 30 Campi (MEC, 2020).
Maranhão	São 16 escolas que ofertam a EPT (Estado do Maranhão, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 28 Campi. Há também um Colégio Universitário (MEC, 2020).
Paraíba	São 75 escolas profissionais e técnicas (Secretaria de Educação da Paraíba, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 18 Campi, um Colégio Agrícola e duas Escolas Técnicas de Saúde (MEC, 2020).
Pernambuco	São 28 Escolas Técnicas Estaduais (Secretaria de Educação de Pernambuco, 2020).	Dispõe de 2 Institutos Federais somando ao todo 22 Campi e um Colégio Agrícola.

Piauí	São 65 escolas de Educação Profissional e 16 escolas Família Agrícola. (Secretaria de Educação do Piauí, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 20 Campi e 3 Colégios Técnicos (MEC, 2020).
Rio Grande do Norte	São 7 Centros de Educação Profissional (Secretaria de Educação do Rio Grande Do Norte, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 20 Campi e uma Escola Agrícola (MEC, 2020).
Sergipe	Conta com 48 escolas/centros profissionais da rede estadual (Secretaria de Educação de Sergipe, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 9 Campi (MEC, 2020).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 4 - EPT na região Norte do Brasil.

Estado	EPT na Rede Estadual	EPT na Rede Federal
Acre	São 7 Centros de Educação Profissional. (Instituto Dom Moacyr, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 6 Campi (MEC, 2020).
Amapá	Atualmente a rede dispõe de 14 instituições que ofertam cursos técnicos de Nível Médio (Secretaria de Educação do Amapá, 2020).	Dispõe de 1 I Instituto Federal e 6 Campi (MEC, 2020).
Amazonas	São 8 Centros de EPT (CETAM s) e 58, entre núcleos e centros da família, polos que ofertam a modalidade (Secretaria de Educação do Amazonas, 2020).	Dispõe de um Instituto Federal com 15 Campi (MEC, 2020).
Pará	A Rede ETEPA possui 32 Escolas (Secretaria de Educação do Pará, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 18 Campi (MEC, 2020).
Rondônia	São 8 Escolas (Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 9 Campi (MEC, 2020).
Roraima	A Rede Estadual atende a 670 estudantes (Estado de Roraima, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 5 Campi e uma Escola Agrotécnica (MEC, 2020).
Tocantins	São 20 escolas estaduais (Secretaria de Educação do Tocantins, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 11 Campi (MEC, 2020).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 5 - EPT na região Sudeste do Brasil.

Estado	EPT na Rede Estadual	EPT na Rede Federal
Espírito Santo	São 53 escolas que ofertam a modalidade (Secretaria de Educação do Espírito Santo, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 21 Campi. Há também um polo de inovação (MEC, 2020).
Minas Gerais	São 300 escolas estaduais com oferta de educação profissional (Secretaria de Minas Gerais, 2020).	Dispõe de 5 Institutos Federais somando ao todo 56 Campi. Há um CEFET com 10 Campi. Há também uma Escola Técnica de Saúde, um Centro Técnico Pedagógico, um Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário e um Colégio Técnico (MEC, 2020).
Rio de Janeiro	Em 2015 havia 23.272 matriculados na EPT do Estado. (INEP, 2020).	Há o Colégio Pedro II com 14 Campi, Dois IF's somando 23 Campi. Há ainda um Centro Federal com 8 Campi e um Colégio Técnico (MEC, 2020).

São Paulo	O Estado conta com mais de 200 Escolas Técnicas (Centro Paula Souza, 2020).	Dispõe de 1 Instituto Federal com 38 Campi (MEC, 2020).
-----------	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 6 – EPT na região Sul do Brasil.

Estado	EPT na Rede Estadual	EPT na Rede Federal
Paraná	São 355 escolas do Estado que continua ou esporadicamente ofertam a modalidade. (Secretaria de Educação do Paraná, 2020).	Dispõe de 2 Institutos Federais com 36 Campi (MEC, 2020).
Rio Grande do Sul	São 160 escolas (Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, 2020).	Dispõe de 3 Institutos Federais com 41 Campi e 2 Colégios Técnicos (MEC, 2020).
Santa Catarina	São cerca de 29 mil vagas em cursos técnicos de nível médio (Secretaria de Educação de Santa Catarina, 2020).	Dispõe de 2 Institutos Federais com 37 Campi (MEC, 2020).

Fonte: Elaborado pelo autor

Logo fica evidente o grande número de instituições que trabalham com a EPT. Além das informações que foram apresentadas no quadro acima ainda há as instituições particulares que adotam a EPT no ensino médio, mas que não foi possível de serem citadas.

A expansão das redes que ofertam a EPT teve origem com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Programa Brasil Profissionalizado (instituído pelo Decreto nº 6.302/2007) e, posteriormente, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC (Lei nº 12.513/2011). Essas iniciativas foram decisivas para que houvesse o significativo aumento no número de instituições e, principalmente na Rede Federal, esta dispõe de uma considerável infraestrutura e aparatos que elevam a qualidade do ensino e o acesso aos conhecimentos por parte dos alunos. Já quando se fala em EPT nas unidades sustentadas pelos Estados tem-se bem mais desafios a serem superados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos números apresentados, resultantes de um plano coordenado de ampliação dos investimentos na educação, torna-se importante frisar que apesar do avanço da EPT no Brasil ainda há um grande percurso a ser trilhado dadas as muitas oscilações e rupturas sofridas por este campo epistêmico ao longo da história. Sabe-se que os conceitos de politecnicidade e omnilateralidade são dois dos principais elementos norteadores na proposta político-pedagógica marxista da EPT e que este campo epistêmico, às vezes erroneamente encarado como simples modalidade, tem o objetivo de proporcionar uma formação em que o trabalho é o princípio educativo (Saviani, 2003). Assim, apesar da quantidade e considerável expansão nas redes, tem-se um grande desafio: elevar o aspecto qualitativo, ou seja, fazer com que cada instituição ofereça, de fato, uma educação que possibilite a emancipação humana sem perder de vista a importância do mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacionalde-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 11 mai. 2020.

BRASÍLIA. Secretaria de Estado da educação, 2020. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/escolas-de-educacao-profissional/>. Acesso em: 09 mai. 2020.

ESTADO DA PARAÍBA. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

ESTADO DE GOIÁS. Conselho Estadual de Educação. Resolução 04/2015 que fixa normas para oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Educação Profissional Tecnológica de Graduação Pós-Graduação para Sistema Educativo do Estado de Goiás, dá outras providências. Disponível em: <https://cee.go.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/2015-4-cp-resolucao1.pdf>. Acesso em 11 maio 2020.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ESTADO DE RONDONIA. Instituto Estadual De Desenvolvimento Da Educação, 2020. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/idep/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ESTADO DE RORAIMA. Disponível em: <http://portal.rr.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ESTADO DO ACRE. Instituto Dom Moacyr, 2020. Disponível em: <http://idep.ac.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ESTADO DO ALAGOAS. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoprofissional>. Acesso em: 9 maio 2020.

ESTADO DO ALAGOAS. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/>. Acesso em: 9 maio 2020.

ESTADO DO AMAPÁ. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em: <https://seed.amapa.gov.br/>. Acesso em: 9 maio 2020.

ESTADO DO CEARÁ. Conselho de Educação do Ceará. Resolução Nº 413/2006 que regulamenta a educação profissional técnica de nível médio, no Sistema de Ensino do Estado do Ceará, e dá outras providências. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em 09 maio 2020.

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 9 maio 2020.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em <https://sedu.es.gov.br/educacao-profissional>. Acesso em: 10 maio 2020.

ESTADO DO GOIÁS. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em:
<https://www.desenvolvimento.go.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em:
<https://www.ma.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em:
<https://www.sed.ms.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ESTADO DO MATO GROSSO. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em:
<http://www2.seduc.mt.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ESTADO DO PARÁ. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em:
<http://www.seduc.pa.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ESTADO DO PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. Plano de Educação do Estado do Pará. Belém, 2015. Disponível em:
http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O06052015_0.pdf. Acesso em: 11 maio 2020.

ESTADO DO PARÁ. Secretaria de Estado de Educação: minuta do Plano de Educação Integral para a Educação Básica, 2015/2017 (versão preliminar). Belém-PA.

ESTADO DO PARANÁ. Conselho Estadual de educação. Resolução N° 05/2013 que trata de normas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Especialização Técnica de Nível Médio. Disponível em:
http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2013/deliberacao_05_13.pdf. Acesso em: 09 maio 2020.

ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em:
<http://www.educacao.pr.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ESTADO DO PERNAMBUCO. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em:
<http://www.educacao.pe.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ESTADO DO PIAUÍ. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em: <https://seduc.pi.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Estadual de educação. Resolução N° 01/ 2013 que dispõe sobre os atos normativos para funcionamento das instituições de educação básica, educação profissional técnica de nível médio. Disponível em:
<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=258532>. Acesso em 09 maio 2020.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em:
<https://ceprn.com.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/suepro>. Acesso em: 10 maio 2020.

GARIGLIO, José Ângelo; BURNIER, Suzana. Saberes da docência na educação profissional e tecnológica: um estudo sobre o olhar dos professores. Educação em revista, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 211-236, Mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982012000100010&lng=en&nr m=iso. Acesso em: 30 maio 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 10 maio 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SAVIANI, Demerval. O CHOQUE TEÓRICO DA POLITECNIA. Trabalho, Educação e Saúde, [s.l.], v. 1, n. 1, p.131-152, 2003.

| Submetido em: 30/04/2024

| Aprovado em: 14/06/2024

| Publicado em: 15/11/2024